



## COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA COMO ESPAÇO DE NOVOS DE NOVOS “LUGARES” DA MEMÓRIA: UM ESTUDO DO CASO “DITABRANDA”

*André Bonsanto Dias<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Este estudo pretende analisar como o Movimento dos Sem Mídia, articulado pelo *blog* “cidadania.com” de Eduardo Guimarães foi, a partir do caso da “ditabranda”, agente fundamental ao atuar como “lugar” onde se articularam movimentações e “confrontamentos” de memórias em conflito no campo midiático. Para tanto, parte-se do pressuposto de que o papel das mídias alternativas é central para a configuração de uma comunicação contra hegemônica, mais plural, participativa e democrática. Ampliam-se assim não apenas o acesso aos meios, mas às vozes de fala e, como se pretende evidenciar neste trabalho, ampliam-se os “lugares de memória” em nossa sociedade, que ganham um maior impacto e disseminação com o advento destas mídias no âmbito da comunicação online.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Mídia; Memória; Comunicação Alternativa; Internet; “Ditabranda”.*

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Comunicação Social (2007) e em História (2008) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Paraná - UFPR. E-mail: andrebonsanto@hotmail.com.

## Introdução

O editorial “Limites a Chávez” publicado no jornal Folha de S. Paulo em 17 de fevereiro de 2009, com o intuito de refletir sobre o referendo que possibilitou reeleição ilimitada ao governante venezuelano, deu origem ao termo “ditabranda”, neologismo que qualificou o regime militar vigente no Brasil entre os anos de 1964 a 1985 como “brando”, se comparado a outros regimes militares da América Latina. O termo foi o responsável por criar, segundo seus críticos, “a maior crise de credibilidade da história do jornal” (CAROS AMIGOS, nº 145, abril de 2009). O editorial afirmava:

Mas, se as chamadas 'ditabrandas' - caso do Brasil entre 1964 e 1985 - partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíaam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça -, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru, faz o caminho inverso. O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente (FOLHA DE S. PAULO, nº 29.175, 17 de fevereiro de 2009).

O editorial gerou uma série de manifestações que, curiosamente, não envolveram outros órgãos da grande imprensa escrita. A seção de cartas do jornal esteve, por semanas, repleta de críticas ao termo utilizado pelo editorial. *Blogs* e *sites* na internet publicaram diversas matérias, o que motivou grande discussão sobre o tema. A maior parte desse conteúdo enfatizava o papel do jornal como colaborador do regime; o termo foi recebido por estes críticos como uma tentativa de “relativizar” a história que o jornal estaria tentando camuflar, esquecer e apagar.

As críticas aumentavam de tamanho e teor com o passar dos dias, mas o caso ganhou maior notoriedade quando os professores da Universidade de São Paulo, Fábio Konder Comparato e Maria Victoria Mesquita Benevides, enviaram cartas à redação e foram publicamente criticados pelo jornal. Comparato escreveu que o autor do editorial do dia 17, bem como quem o aprovou, “[...] deveriam ser condenados a ficar de joelhos em praça pública e pedir perdão ao povo brasileiro” (COMPARATO, F. K., Folha de S. Paulo, nº 29.178, p. A3, 20 de fevereiro de 2009). Em contrapartida, a *Folha* editou uma nota em que afirma respeitar a opinião de seus leitores, publicando algumas das manifestações, mas que, quanto aos professores Comparato e Benevides, “figuras públicas que até hoje não expressaram repúdio às ditaduras de esquerda, como aquela

ainda vigente em Cuba, sua “indignação” é obviamente cínica e mentirosa” (Nota da Redação, Folha de S. Paulo, nº 29.178, p. A3, 20 de fevereiro de 2009).

Foi aí o “estopim” do caso, que fez com que o “Movimento dos Sem Mídia”, do *blogueiro* Eduardo Guimarães, organizasse uma manifestação, dia 07 de março, em frente ao prédio da redação do jornal. Juntamente, circulava pela internet um abaixo assinado com repúdio ao termo e apoio aos professores, assinado por personalidades como Chico Buarque e Oscar Niemeyer. O movimento ganhou força na rede, mas foi praticamente ignorado pelas grandes corporações de mídia, com exceção da rede televisiva Record, que aproveitou o tema para rebater críticas que já vinha recebendo do jornal.

Diante de inúmeras pressões e críticas, com manifestações crescendo e se espalhando pela internet, Otávio Frias Filho, diretor de redação e herdeiro do jornal, acabou recuando e escrevendo uma nota em editorial afirmando que, apesar de ainda defender, sob o ponto de vista histórico, que o regime no Brasil teria sido menos repressivo que seus congêneres latino-americanos: “O uso da expressão “ditabranda” em editorial de 17 de fevereiro passado foi um erro. O termo tem uma conotação leviana que não se presta à gravidade do assunto. Todas as ditaduras são igualmente abomináveis. (FRIAS FILHO, Otávio. Folha de S. Paulo, nº 29.194, 08 de março de 2009).

3

No entanto, o assunto não se esgotou aí. As discussões a respeito do papel dos grandes veículos de comunicação na construção de nossa memória social e da memória do período de governo militar no Brasil estão hoje sob forte discussão. O caso “ditabranda” deve, portanto, ser visto aqui como um importante objeto de estudo para entendermos a questão da memória como ferramenta de construção de nossa identidade social.

O “caso” aqui proposto para análise, só poderá ser interpretado como tal a partir do momento em que estas manifestações, que surgiram e se espalharam pela internet, se mostraram essenciais no processo de “confrontamento” destas memórias que o editorial da *Folha* supostamente acabou por motivar. O caso evidenciou então o importante papel das ditas mídias “alternativas” para a circulação e confrontamento de memórias coletivas em nossa sociedade. Portanto, estas mídias serão analisadas neste estudo como

importantes “lugares” onde memórias se constituem e cristalizam.

A partir do “Movimento dos Sem Mídia” (MSM), representado pelo *blog* de Eduardo Guimarães - responsável pelos maiores embates e críticas de repúdio ao editorial - e as manifestações que por ele foram articuladas, pretende-se levar em consideração como os discursos em questão representaram uma comunicação contra hegemônica, participativa e democratizante, no que concerne não apenas a um maior acesso aos meios de comunicação em si, mas evidenciando estas ações como “alternativas” para ampliar espaços e “lugares” em que estas memórias conflitantes se constituem e se propagam.

Portanto, ao analisarmos o caso da “ditabranda” a partir deste contexto, é fundamental entendermos como a questão da memória é interpretada hoje no âmbito da comunicação e como esta se dá frente às novas possibilidades de inserção no campo das mídias alternativas, que ganham mais visibilidade com o advento da internet, gerando assim novas possibilidades de interpretação destas memórias coletivas em nossa sociedade.

### **1 – Da memória social e coletiva aos lugares da memória.**

Ao pretendermos aqui analisar o caso “ditabranda” a partir de uma questão da memória, é fundamental entendermos que esta é uma construção social sempre vivida no presente, que se dá em constante embate e negociação, portanto, uma prática social. Embates e negociações que são também travados no campo midiático. O profissional da comunicação, ao pautar aquilo que deve, ou não, ser visto ou lembrado, nos leva a considerar que podemos hoje falar em uma forte constituição de memórias “midiatizadas” que precisam ser levadas em consideração ao tratarmos a questão da memória em seu contexto social.

Inserir a memória em seu aspecto social e coletivo se torna então questão fundamental dentro desta proposta, onde as implicações do sociólogo francês Maurice Halbwachs (2004) são fundamentais. Foi ele o responsável por cunhar o termo memória coletiva dentro de uma “estrutura social da memória”.

Para ele, há sempre memórias individuais e memórias coletivas, no entanto, a memória é sempre vista a partir de um contexto social, do que nos é lembrado. São os

indivíduos que lembram, mas é o grupo que define aquilo que deve ou não ser lembrado, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2004, p.55).

O “apelo às lembranças”, para Halbwachs, nada mais é do que reconstruções do passado com a ajuda de dados emprestados do presente. Toda memória social parte então, segundo ele, dessas lembranças, que são constituídas no interior de um grupo e que o garantem como unidade. Vistas a partir do presente, é importante se pensar também que essas relações de memória estão em constante transformação. Ou seja, “reconstruímos lembranças” a partir de linhas já demarcadas por nossa memória ou pela memória dos outros, mas que estão em constante transformação.

No entanto, como afirma Michael Pollack (1989) em seu estudo sobre as memórias “silenciadas”, é fundamental irmos além desta concepção, considerando os processos de “negociação” e “conflitos” e suas relações entre memórias coletivas e memórias Individuais. Portanto, segundo o autor,

não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. (POLLACK, 1989, p. 04)

5

Estes processos que intervêm na constituição da memória indicam que estas se dão por constantes relações de poder pela formação da identidade. A construção da identidade pela memória se dá a partir da relação com o outro, de confrontos e negociações. Para Pollak, se é possível pensarmos num confronto entre a memória individual e a memória dos outros, “[...] isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992, p. 05).

A memória então entra em disputa, existe conflito entre memórias concorrentes. Portanto, é fundamental aqui pensarmos que estas memórias são muitas vezes “enquadradas” buscando sempre manter determinada coesão social em benefício de determinado grupo. Para Pollack, o trabalho de enquadramento da memória se sustenta sempre do material fornecido pela história, que pode ser guiado “[...] pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho

reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (POLLACK, 1989, p.11)

Dentro destas questões é fundamental inserirmos a memória no atual contexto de “mediatização” pelo qual atravessa nossa sociedade, onde os meios de comunicação funcionam como importantes “lugares de memória” da contemporaneidade.<sup>2</sup> Estes lugares de memória são essenciais no trabalho de “enquadramento” de diversas memórias em conflito e a mídia então passa a ser vista como “agente importante de configuração e transformação dos lugares ou enquadramentos de memória” (BONIN, 2009, p. 83).

No contexto da midiatização, é fundamental então pensarmos que os meios de comunicação não são hoje os únicos, porém, um dos principais agentes que realizam o trabalho de “enquadramento” dos acontecimentos do presente e, também, do passado em nossa sociedade

É através deles que se realiza a operação da memória sobre os acontecimentos e as interpretações que se quer salvaguardar. O controle da memória social parte de “testemunhas autorizadas”, e o jornalista, mediador entre o fato e o leitor, interfere neste processo não só enquadrando os fatos, mas reconstruindo valores e identidades sociais. (RIBEIRO, 2007, p. 222).

Assim, os jornalistas são tidos como verdadeiros “senhores da memória”<sup>3</sup>, pois se asseguram destes “lugares” para “enquadrar” os acontecimentos. Sobre estas questões, Marialva Barbosa (2004) afirma que o jornalista, ao “enquadrar” aquilo que deve, ou não, ser noticiado, acaba valorizando elementos específicos, em detrimento de outros, portanto, “[...] a mídia reconstrói o presente de maneira seletiva, construindo hoje a história desse presente e fixando para o futuro o que deve ser lembrando e o que precisa ser esquecido.” (BARBOSA, 2004, p. 04). Para ela, esta construção dos acontecimentos, pautado pela mídia, parte sempre de parâmetros ideológicos que nos remetem à questão do poder.

---

<sup>2</sup> O termo “lugares da memória” foi cunhado pelo historiador Pierre Nora, para caracterizar certos lugares “onde a memória se cristaliza e se refugia” (NORA, 1993, p. 07). Para Nora, há um “desmoronamento da memória”, pois vivemos em um mundo de constante massificação e mediatização. Portanto, segundo o autor, os “lugares de memória” são primordiais numa sociedade que não mais habita sua própria memória, portanto, existem hoje lugares de memória, pois não existem mais, efetivamente, meios de memória.

<sup>3</sup> Termo cunhado pelo historiador Le Goff (1994)

O caso “ditabranda”, interpretado sob a perspectiva destas questões da memória, deve ser analisado a partir de um momento em que memórias são “enquadradas” e se conflitam, levando em consideração o importante papel das ditas mídias alternativas no contexto da comunicação. Partimos do pressuposto que este “caso” apenas se constitui como tal, a partir do momento em que memórias foram “reconfiguradas” e propagadas com base em outros “lugares”, as mídias alternativas, que ganham hoje uma maior proliferação a partir da internet.

## **2. Direito à comunicação: mídias alternativas, internet e os novos “lugares de memória”**

### **2.1. Direito à comunicação e mídias “alternativas”.**

De acordo com as considerações apresentadas anteriormente, pode-se perceber o papel central que os meios de comunicação desempenham nas questões de construção e transmissão da memória em nossa sociedade. Vivemos hoje, segundo a concepção do estudioso alemão Andreas Huyssen (2000), em uma sociedade em que predomina uma “cultura da memória”. Para ele, não podemos discutir memória “sem considerar a enorme influência das novas tecnologias de mídia como veículos para todas as formas de memória” (HUYSSSEN, 2000, p. 20-21).

No entanto, vale ressaltar que, historicamente, em nosso país estes “lugares da memória” midiáticos foram de certa forma muito pouco democráticos, mostrando muitas vezes “enquadramentos” que evidenciam certo controle de poder.

Neste aspecto, a questão das mídias ditas alternativas, como novas possibilidades de “lugares de memória”, torna-se questão fundamental. Muito se discute hoje a respeito do acesso à comunicação na “sociedade da informação”. Clama-se pelo “direito à comunicação” como direito pleno à cidadania, como um verdadeiro “direito humano” para os cidadãos. Neste panorama, as mídias alternativas, que ganham novo impacto com o advento das novas tecnologias, ampliam a complexidade das relações humanas.

A questão da democratização do espaço midiático é então o centro destes debates em torno do direito à comunicação, entendido como uma nova forma de

organização que pode permitir expressões contra-hegemônicas. No entanto, esta “democratização” é pautada pelo direito pleno do cidadão de se comunicar e não apenas receber informação. Para isso, é fundamental que se expandam os acessos aos meios e conteúdos dessas mensagens. A partir destas questões, Cecília Peruzzo (2004) parte de discussões interessantes com relação ao direito à comunicação e os movimentos sociais. Para ela,

a comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma dinâmica de organização e mobilização social; está imbuído de uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo. (PERUZZO, 2004. p. 50)

Portanto, é fundamental pensarmos aqui que, além da ampliação de possibilidades e de novos canais de comunicação para “dar voz” a estes movimentos, a principal questão ao efetivo acesso destas populações à mídia é o envolvimento das pessoas no processo. Além de “dar voz” a estes movimentos, é preciso que estes “sejam a voz” que participem efetivamente no fazer comunicacional. Assim, segundo a autora, estaremos construindo uma comunicação comunitária com participação e acesso pleno à cidadania.

A partir de um momento em que o “Movimento dos Sem Mídia” articula uma série de manifestações em repúdio ao editorial da *Folha*, percebemos o importante papel que estas mídias possuem ao confrontar e “dar voz” a estas memórias até então silenciadas. Muito mais do que expandir o palco de debates, estes veículos são primordiais em um panorama de democratização da comunicação e de acesso aos meios, onde há um efetivo envolvimento destes atores no processo.

A comunicação dita “alternativa” segue, neste contexto, uma lógica que luta por romper com as relações de poder hegemônicas instauradas, ampliando assim o acesso à participação. Segundo Grinberg (1987), a comunicação alternativa deve ser encarada como “às vezes fenômenos modestos, tentativas de romper o cerco do discurso oficial, resposta, ao *dictum* do poder, a comunicação alternativa é um sinal de tempos em que tudo precisa ser urgentemente questionado.” (GRINBERG, 1987, p. 16)

Esta mídia seria então “alternativa” nos modos de produção da mensagem, uma “alternativa” aos instrumentos de poder. Não é o meio em si que é alternativo, mas seus

instrumentos de ação. As seguintes colocações de Grinberg exemplificam bem como devemos encarar estas mídias alternativas:

Em que contextos, então, surge um meio alternativo? Surge da própria práxis social, quando se faz necessário para gerar mensagens que encarnem concepções diferentes ou opostas às difundidas pelos meios dominantes. Aparece então como parte de uma atividade que o transcende, vinculado sempre ao propósito de *modificar em algum sentido a realidade*, ainda que este propósito se encontre com os limites que o próprio contexto lhe impõe. [...] Achamos que, para ser verdadeiramente alternativo, não basta que um meio esteja à margem das redes de distribuição da grande imprensa, mas deve ostentar uma *diferença qualitativa* em face dela. Neste sentido, o alternativo opõe-se ao meramente complementar ou marginal, pois implica, embora em medida variável, um *questionamento do status quo*. (GRINBERG, 1987, p.24)

Para o autor, há diversas dimensões do alternativo, podendo ser estes meios massivos ou não massivos. Dentro deste estudo, acreditamos na abordagem que, segundo ele e, abordando aspectos do não massivo, vê o “alternativo” como um meio de elaboração das mensagens com participação ativa dos receptores, onde todos têm a possibilidade de intervir, propor, opinar e discutir em um princípio de participação coletiva. Neste caso, o autor afirma que “[...] o propósito não é chegar a um público numeroso e indistinto” (GRINBERG, 1987, p. 26).

É partindo deste pressuposto que analisaremos as manifestações do “Movimento dos Sem Mídia”. Seu propósito não é necessariamente chegar a um público numeroso. As ações movimentadas a partir do *blog* que será analisado apenas evidenciam um combate às lógicas hegemônicas que, ao ampliar a participação dos cidadãos, dá “lugar” a um maior “confrontamento” de memórias. Portanto, seu papel é o de “combate”, muito mais do que da “disseminação” das informações.

John Downing (2002) também nos coloca algumas questões fundamentais a respeito das ditas mídias “radicais” alternativas. Para ele o termo refere-se “[...] à mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas.” (DOWNING, 2002, p. 21). Analisando também os pressupostos desta mídia com as relações de contra informação, o autor ressalta que a proliferação destas mídias é essencial como “alternativas” para o debate público.

Numa estrutura em que as classes e o Estado capitalista são analisados meramente como controladores e censores da informação, o papel da mídia radical pode ser visto

como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade. Esse é o modelo da contra-informação. (DOWNING, 2002. p. 48- 49.)

Estes espaços são também fundamentais, segundo o autor, pois podem servir “[...] para dismantelar um segundo componente vital da memória coletiva, ao contestar as categorias mnemônicas reiteradas pela mídia oficial, que permitem que o turbilhão diário de novas informações se encaixe, de maneira axiomática, na moldura hegemônica.” (DOWNING, 2002, p. 67).

Devemos considerar agora a vital importância que a internet propiciou ao campo das mídias alternativas, ampliando ainda mais o leque de participação e democratização dos meios de comunicação e de memória em nossa atual sociedade *mediatizada*.

## **2.2. Internet e os novos “lugares de memória”.**

A ampliação de espaços de acesso à comunicação, de construção das chamadas mídias alternativas e, conseqüentemente, de novos “lugares de memória” ganha ainda mais impulso com o advento da internet<sup>4</sup>. Para Peruzzo, os processos de comunicação que se evidenciam a partir da Internet são um marco divisor nos modos de comunicar, com um grande potencial para “[...] alterar o sistema convencional de produção e circulação de informações.” (PERUZZO, 2005, p. 267)

É evidente que os problemas para a democratização do acesso à internet, principalmente em nosso país, ainda são sérios entraves. No entanto, é preciso se pensar que, salvo as limitações, este é um modelo de comunicação que privilegia uma lógica “todos-todos”, muito diferente da lógica das grandes mídias tradicionais. A autora ressalta que é preciso tornar a internet uma comunicação de “todos para todos”, não apenas no sentido de sua interatividade, mas quanto ao acesso e democratização, ampliando a liberdade de comunicação, “[...] partilhar identidades, enfim, participar das redes enquanto cidadãos sujeitos da história.” (PERUZZO, 2005, p. 271).

---

<sup>4</sup> Longe de entendermos este processo a partir de um “determinismo tecnológico” como nos alerta Wolton (2003), acreditamos que as mídias digitais ampliam ainda mais um cenário já em crescente construção. Estes novos “lugares de memória” se ampliam e ganham ainda mais visibilidade com o advento da internet, mas não necessariamente se iniciam a partir de então. Processos de mídia alternativa são evidentes ao longo de nossa história. Para mais, ver os trabalhos anteriormente citados (GRINBERG, 1987; DOWNING, 2002)

Portanto, sugere a autora, a Internet e seu número ilimitado de “jornalistas” (não visto aqui como um jornalismo propriamente dito, mas como formas autônomas de retratar e discutir acontecimentos e idéias) favorecem a comunicação alternativa e o direito à comunicação. Para Peruzzo (2005, p. 283-284), a Internet e sua “liberdade de comunicação” contribuem para: quebrar o papel do jornalista como mediador, retirando a exclusividade deste em exercer o papel de “senhor da memória”, pois qualquer pessoa pode ser produtor e difusor de conteúdos; assegurar liberdade de difusão das mensagens; livrar-se dos *gatekeepers* (aquele que seleciona o que é difundido ou não, os “senhores da memória”); permitir inclusão e aumento da capacidade de difusão; ampliar e diversificar emissores, disseminando novos conteúdos e modificando critérios para seleção do que venha a ser noticiado.

Para Dênis de Moraes, a comunicação alternativa na internet, de arquitetura descentralizada e interativa, se torna mais um importante meio para a luta contra sistemas hegemônicos. Segundo ele,

As fronteiras entre quem emite e quem recebe podem tornar-se fluidas e instáveis. Os usuários têm a chance de atuar, simultaneamente, como produtores, emissores e receptores, dependendo de lastros culturais e habilidades técnicas. A colagem de interferências individuais põe em circulação idéias e conhecimentos, sem as noções de seleção e estratificação que condicionam os processos midiáticos (MORAES, 2007, p. 02).

11

Esta comunicação também pode, segundo o autor, “ativar conexões simbólicas” entre os sujeitos e atores coletivos, que muitas vezes utilizam a rede a partir de um bem comum. Portanto, o autor parte da seguinte premissa: “[...] na comunicação alternativa em rede se busca construir espaços de afirmação de óticas interpretativas críticas e de práticas jornalísticas cooperativas, com a finalidade de defender a diversidade informativa e valores éticos.” (MORAES, 2007, p. 03)

A partir deste cenário é que surgem, segundo o autor, experiências mais concretas de “militância online”. São reivindicações que surgem com maior intensidade em nosso país em meados da década de 1990, onde movimento, sindicatos, ONGs, associações, descobrem no ciberespaço

[...] possibilidades de difundir suas reivindicações. E o que é desconcertante: sobrepujando os filtros ideológicos e as políticas editoriais da chamada grande mídia.

Não se tem a pretensão de atingir milhões e milhões de pessoas, privilégio dos que detêm o controle dos meios de comunicação tradicionais. O que se busca é promover a disseminação de idéias e o máximo de intercâmbios. Poder interagir com quem quer apoiar, criticar, sugerir ou contestar. Como também driblar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra-hegemônicas se expressem com desenvoltura, enquanto atores sociais empenhados em alcançar a plenitude da cidadania e a justiça social (MORAES, 2000, p. 142).

Para Moraes, este ambiente, propício na comunicação em rede, põe em “cheque” a supremacia dos meios hegemônicos, capaz de revitalizar lutas e movimentos civis. Democratização não só no acesso à informação, mas no acesso do cidadão à emissão das mensagens. Descentralizam-se poderes, expandem-se os “lugares de memória”. É a partir desse cenário que nosso objeto de estudo, o caso “ditabranda” será discutido.

### **3. O caso “ditabranda”: comunicação alternativa online e as memórias coletivas em confronto**

Inúmeros foram os *blogs* que criticaram e confrontaram a Folha de S. Paulo e o termo “ditabranda”, presente no editorial de 17 de fevereiro de 2009. Portanto, acreditamos que este acontecimento não se constituiria como um “caso” sem o aparecimento destas críticas e suas repercussões. As ditas mídias alternativas, neste episódio, foram fundamentais no processo de “confrontamento” destas memórias coletivas e mostraram ser ferramentas determinantes no processo de uma comunicação voltada diretamente aos interesses do cidadão.

No entanto, devido à brevidade deste estudo, iremos analisar apenas o espaço que, a nosso ver, mais repercutiu e influenciou no “caso”, participando ativamente dos debates, manifestações e articulando mobilizações que partiram da internet. O *blog* em questão é o *cidania.com*<sup>5</sup> de Eduardo Guimarães.

Em uma consulta aos arquivos do *blog*, pôde-se perceber que este publica conteúdo desde início de 2006. Conteúdos de caráter quase que majoritariamente político e de combate às lógicas hegemônicas da comunicação. Eduardo Guimarães, por sinal, é membro fundador e presidente do Movimento dos Sem Mídia (MSM), uma Organização Não-Governamental que surgiu em meados de 2007.

---

<sup>5</sup> Durante os acontecimentos do estudo em questão, o *blog* era acessado a partir do endereço <http://edu.guim.blog.uol.com.br/>. e se denomina “cidania.com”. Hoje, ele se encontra hospedado no <http://eduardoguimaraes.com.br/> e é chamado “Blog da Cidadania”.

Em seu estatuto<sup>6</sup>, o movimento afirma ser “[...] uma associação da sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, de natureza democrática e pluralista”. Em seu artigo 2º, afirma que o MSM deverá desenvolver suas atividades “sempre de forma pacífica e respeitando os princípios do Estado Democrático de Direito, em defesa e incentivo de uma mídia livre, plural, ética e responsável, visando a formação e desenvolvimento de cidadãos conscientes e participativos.”

Percebe-se aqui o principal caráter norteador do Movimento e, conseqüentemente, do *blog* que será analisado. É uma definição que representa muito bem aspectos das mídias ditas “comunitárias”, “alternativas” e “radicais” que já evidenciamos. Uma mídia “livre”, visando a formação do “cidadão”, portanto, uma mídia “plural” e de combate às lógicas hegemônicas. O estatuto ainda em seu artigo terceiro evidencia um ponto que para nós parece fundamental, afirmando que o MSM, tem como um dos seus vários objetivos:

conscientizar a sociedade civil, especialmente os segmentos sociais mais vulneráveis à manipulação da informação, alertando e esclarecendo sobre as distorções e sectarismo de certos setores da mídia nacional que na sua pauta e enfoque privilegiam determinados interesses econômicos e políticos, usando de subterfúgios para ocultar sua atuação parcial.<sup>7</sup>

Vale destacar aqui também, alguns trechos do manifesto de aparecimento do Movimento, assinado em 15 de setembro de 2007 e que conta com 422 assinaturas virtuais<sup>8</sup>. O MSM escreve:

Vivemos um tempo em que a informação se tornou tão vital para o homem que passou a integrar o arcabouço de seus direitos fundamentais. Defender a boa qualidade da informação, pois, é defender um dos mais importantes direitos fundamentais do homem. É por isso que estamos aqui hoje. [...] Cidadãos como estes que assinam este manifesto são tratados pelos grandes meios de comunicação como se não existissem. São os sem-mídia, somos nós que ora manifestamos nosso inconformismo. Muito dificilmente é dado espaço pela mídia para que quem pensa como nós possa criticar o seletivo moralismo midiático ou as facções políticas amigas dos barões da mídia. A quase totalidade dos espaços midiáticos é reservada àqueles que concordam com os grandes meios de comunicação. Jornalistas que ousam discordar, são postos na “geladeira”. A mídia impõe uma censura branca ao país. Isso tem que parar. Claro

<sup>6</sup> O estatuto do MSM pode ser acessado no endereço: <http://eduardoguimaraes.blig.ig.com.br/>

<sup>7</sup> Movimento dos Sem Mídia. Disponível em: <<http://eduardoguimaraes.blig.ig.com.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

<sup>8</sup> O manifesto pode ser acessado no mesmo site de referência do estatuto: <http://eduardoguimaraes.blig.ig.com.br/>

precisa ficar que os cidadãos que assinam este manifesto não pretendem, de forma alguma, calar a mídia. Os que qualificam qualquer crítica a ela como tentativa de calá-la agem com má-fé. É o contrário, o que nos move. O que pedimos é que a mídia fale ou escreva muito mais, pois queremos que fale ou escreva tudo o que interessa a todos e não só aquilo que lhe interessa particularmente e àqueles que estão ao seu lado, pois a mídia tem lado, sim, apesar de dizer que não tem, e esse lado não é o de todos e nem, muito menos, o da maioria.

Fica aqui evidente o caráter “democratizante” que este Movimento prega. Uma mídia para que se “fale e escreva mais”, uma verdadeira comunicação “todos-todos”.

Não é a intenção destes *blogs* “calar” a mídia e sim “confrontá-la”, evidenciar outros pontos de vistas, enfim, democratizá-la. Nesta lógica, é preciso entender aqui que esta situação amplia os “lugares de memória”, pois dá novas possibilidades de “rememoração” de acontecimentos e fatos pautados pela(s) mídia(s).

O *blog* de Eduardo Guimarães deu, a princípio, uma repercussão “tímida” para o editorial da “ditabranda”. A primeira menção ao caso é datada de 20 de fevereiro de 2009, três dias após a publicação do editorial na Folha de S. Paulo. Neste *post* o autor não chega a fazer uma crítica direta à situação, afirmando que, neste momento, “outros já fizeram com mais competência do que eu faria.”. Coloca apenas na íntegra sua carta que foi enviada à redação do jornal, mas que, no entanto não foi publicada.

É a análise de 23 de fevereiro de 2009 que dá início realmente ao confronto entre estas idéias e intenções. Atacando o editorial “criminoso” da Folha de S. Paulo, o texto, intitulado “Quando os bons se calam” parte de uma alegoria à frase de Martin Luther King: “*O que me preocupa não são os gritos dos maus, é o silêncio dos bons*”. A partir de então, as análises do *blog* partem para um embate explícito. O texto afirma que o editorial da *Folha*, “venenoso”, “indigno” e “mentiroso” “[...] tentou reescrever a história recente do Brasil ao qualificar como “brando” (‘ditabranda’) o regime odioso, assassino e covarde que vigeu neste país entre 1964 e 1985”<sup>9</sup>. O texto continua fazendo uma análise a respeito da “ditadura da mídia” que, segundo o autor,

tem sido tão pernicioso quanto a anterior, apesar de que, em lugar das torturas, dos estupros, dos assassinatos e da censura que sua antecessora praticou, viola hoje a Nação por meio do último daqueles métodos que acabo de enumerar, o de calar as vozes dissonantes valendo-se do poder econômico que amealhou no período ditatorial

---

<sup>9</sup> GUIMARÃES, Eduardo. Quando os bons se calam. Disponível em: <[http://edu.guim.blog.uol.com.br/arch2009-02-22\\_2009-02-28.html](http://edu.guim.blog.uol.com.br/arch2009-02-22_2009-02-28.html)>. Acesso em: 10 jun. 2010.

explícito. [...] Venho a vocês pedir que reflitam sobre as palavras de Luther King, ainda que muitos achem que, ao fazerem abaixo-assinados, enviarem e-mails, escreverem artigos, estão fazendo o que o ativista do movimento negro americano preconizou décadas atrás. Não estão. Ou melhor: não estamos. Nossos textos não são o que pediu o líder imortal do movimento negro estadunidense. Ele pediu que combatêssemos o silêncio, e este só pode ser combatido com palavras e ações verdadeiras, corajosas, não as que tomamos no conforto de nossas poltronas, diante de nossos computadores.<sup>10</sup>

Segundo as divergências expostas, este trecho nos mostra que, no caso “ditabranda”, houve “confrontos” entre memórias que foram “silenciadas” pelo editorial. Isto se deu a partir de uma “imposição” do jornal que tentou supostamente “reescrever” a história. Cabe, portanto a estas mídias alternativas, segundo a visão do *blog*, “combater” este silêncio.

Ao realizar certo tipo de “enquadramento” desta memória, a Folha de S. Paulo deveria estar atenta, como afirma Michael Pollack, a certas “exigências de justificação”. Para o autor, esta “justificação” limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política<sup>11</sup>. Portanto, é fundamental neste caso, segundo ele, pensar na coerência dos discursos. Não se pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, pois, o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. Portanto, o autor nos alerta:

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural. Mas nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada (POLLAK, 1989, p. 12).

Portanto, podemos colocar, a ponto de suposição, que este suposto “enquadramento” de memória que o termo inculcou no imaginário de uma sociedade que compartilha de outras “memórias coletivas”, foi um dos fatores que moveram estas manifestações.

---

<sup>10</sup> Ibid.

<sup>11</sup> Ao afirmar que a *Folha* “enquadrou” uma memória, não estou julgando que tomou uma atitude equivocada e “falsificadora” e que, portanto, precisaria se “justificar”. Este seria um procedimento, segundo o autor, que poderia evitar determinados confrontos políticos.

Ainda neste mesmo *post*, o autor do *blog* conclama a população a uma manifestação contra o jornal. Manifestações de apoio e engajamento contra este “silêncio”:

Precisamos que vocês que se indignaram e que não querem silenciar se comprometam a participar do protesto. [...] Podem usar este texto, podem escrever os vossos, podem fazer como quiserem, contanto que façam. [...] Não silenciem. Dêem sentido aos vossos protestos indignados. Assumam vossa responsabilidade de Cidadãos. Vosso país precisa de vocês.<sup>12</sup>

Aqui se mostra também o caráter “interativo” e “colaborativo” destas mídias. Todos podem participar, compartilhar informações. Os supostos receptores foram conclamados a “emitir”, “dar voz”, participar ativamente do processo.

A partir de então o *blog* dedica dias para mobilizar seus leitores/colaboradores ao Ato Público, organizado em conjunto com o MSM em frente ao prédio da Folha de S. Paulo.<sup>13</sup> Os autores reconhecem o caráter “limitado” que estas mídias podem ter com o público geral, pois Eduardo afirma que não tem grandes expectativas em torno do número dos manifestantes. Ciente disso, afirma que “o que queremos são pessoas conscientes do que será feito, e que estarão lá por entenderem o que está em jogo hoje no Brasil. [...] Em nome da democracia, cumprimento a todos os que estão apoiando esta iniciativa cidadã”.<sup>14</sup>

Este já foi um caráter analisado das mídias alternativas e, como o MSM coloca em seu estatuto/manifesto, sua intenção não é “calar” a grande mídia, é confrontá-la, pluralizá-la, “democratizar” a comunicação, seria esta a premissa fundamental destas mídias.

O ato público de manifestação contra a *Folha* e o editorial da “ditabranda”, articulado por este e outros *blogs*, impulsionados pelo abaixo-assinado online “Repúdio

---

<sup>12</sup> GUIMARÃES, op. cit.

<sup>13</sup> Neste aspecto são fundamentais também os campos de “comentários” onde os envolvidos articulam as informações, recebem críticas, onde ocorrem realmente as “mediações” e se vão confrontando opiniões. Apesar do conteúdo destes comentários serem importantes e determinantes neste processo, aqui não serão explicitados. Apenas vale ressaltar que estes foram sim numerosos e determinantes nos processos de “articulação” destas memórias, que moldaram as tônicas dos debates.

<sup>14</sup> GUIMARÃES, Eduardo. Disponível em: <[http://edu.guim.blog.uol.com.br/arch2009-02-22\\_2009-02-28.html](http://edu.guim.blog.uol.com.br/arch2009-02-22_2009-02-28.html)>. Acesso em: 10 jun. 2010.

e Solidariedade”<sup>15</sup> e discutido amplamente em toda a rede, ocorreu em 7 de março de 2009, contando com a presença de diversas entidades e movimentos sociais. Eduardo Guimarães dedicou o ato à blogosfera e “aos que não se calam” afirmando que conseguiram, pela primeira vez, fazer um órgão da grande imprensa recuar em suas opiniões.

Os espaços de mídia alternativa mobilizados pela internet nos mostraram o forte caráter de “conectores simbólicos”, (para utilizar o termo proposto por Dênis de Moraes), que estes meios possibilitam entre seus membros, buscando promover, articular e disseminar o máximo de opiniões. Estes se mobilizam a partir de um fluxo constante de informações em ambiente muitas vezes cooperativo, de interesse comum.

A mobilização contra a Folha de S. Paulo, a partir da articulação do *blog*, do Movimento e de diversos interlocutores que acompanharam estas ações, só se tornou possível se entendermos estas mídias a partir destas questões, impensáveis no âmbito da mídia tradicional.

Este é um novo aspecto de “militância” que surge na rede, que possibilita novas interpretações na comunicação e que, em alguns casos, como aqui pretendemos evidenciar, constitui espaços onde memórias entram em conflito e negociação. É evidente, no entanto, perceber que estes “movimentos” não farão “ruir” um sistema hegemônico central; dar todo o poder à internet, que poderia então suplantar o poder de mega grupos empresariais, seria um tanto quanto discutível.<sup>16</sup> A internet nos traz novos paradigmas para pensarmos questões de processos comunicacionais em sociedade, mas devemos refletir para o que nos propõe Moraes:

---

<sup>15</sup> O abaixo-assinado “Repúdio e Solidariedade” conta, até o presente momento, com aproximadamente 8.500 assinaturas. Segundo o documento, os abaixo-assinados “manifestam seu mais firme e veemente repúdio a arbitrária e inverídica revisão histórica contida no editorial da Folha de S. Paulo do dia 17 de fevereiro de 2009. Ao denominar ditabranda o regime político vigente no Brasil de 1964 a 1985, a direção editorial do jornal insulta e avilta a memória dos muitos brasileiros e brasileiras que lutaram pela redemocratização do país”. Para mais, consultar: <http://www.ipetitions.com/petition/solidariedadeabenevideseacomparat>. Ou a “crônica política” escrita por Toledo (2009).

<sup>16</sup> Alguns dias antes da manifestação, Eduardo Guimarães publicou texto em seu site onde dizia acreditar que a manifestação contra a *Folha* seria “[...] ponto de partida para uma nova etapa da comunicação no Brasil. Já se vê, no fim do túnel, a decadência inexorável do monopólio hegemônico da comunicação neste país. Antes tarde do que nunca.” (GUIMARÃES, Eduardo. Disponível em: <[http://edu.guim.blog.uol.com.br/arch2009-03-01\\_2009-03-07.html](http://edu.guim.blog.uol.com.br/arch2009-03-01_2009-03-07.html)>. Acesso em: 10 jun. 2010.)

Quisemos ressaltar, sim, a emergência de potencialidades no âmbito virtual, fundadas em práticas comunicacionais interativas, descentralizadas e não submetidas aos mecanismos habituais de seleção e hierarquização adotados pela grande mídia. As entidades civis valem-se da Internet enquanto esfera pública de comunicação, livre de regulamentações e controles externos, para veicular informações e análises quase sempre orientadas para o fortalecimento da cidadania e para o questionamento de hegemonias constituídas. (MORAES, 2000, p. 153)

Como procuramos evidenciar no decorrer deste estudo, o papel das mídias alternativas para a configuração de uma comunicação mais plural, participativa e democrática ganha questões centrais com o advento da internet. Nesta perspectiva, ampliam-se não apenas os acessos aos meios, mas as vozes de fala e, como aqui retratamos, ampliam-se os “lugares de memória” em nossa sociedade.

Estas mídias nos dão “alternativas” de se pensar a questão dos meios de comunicação como “lugares de memória” a partir do momento em que combatem a lógica dos processos hegemônicos de comunicação, possibilitando assim que estas memórias coletivas entrem em confronto e negociação, condição central para pensarmos uma sociedade mais plural e democrática.

Ao propagar discursos em um âmbito plural e democratizante, as mídias alternativas ampliam a difusão de conteúdos contra hegemônicos o que, no caso da “ditabranda”, serviu de importante palco para legitimar um mecanismo de (re)construção e propagação de uma memória em torno da ditadura militar brasileira. Memórias estas que são muitas vezes “silenciadas” e só ganham uma maior “repercussão” com o advento destas mídias, ao “dar voz” a memórias que estão sempre em constante embate e negociação.

Estas mídias, disseminadas com o auxílio da internet atuam como facilitador das interações sociais, mostrando ser um meio potencial de debate e participação coletiva, permitindo um processo horizontal de produção de conteúdos.

Portanto, é preciso se pensar os processos de comunicação alternativa como agentes fundamentais no combate às lógicas hegemônicas da comunicação. Ao evidenciar outras “vozes” e “lugares”, dão novas possibilidades para pensarmos uma comunicação mais democrática, com participação efetiva de seus atores sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória”?. Trabalho enviado para o NP 02 – Jornalismo, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. **XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Comunicação, acontecimento e memória. PUC-RS. 2004. Disponível em: <http://en.scientificcommons.org/14913948>. Acesso em: 10, jun 2010.

BONIN, Jiani Adriana. Mídia e Memórias Sociais: Recepção midiática e configurações de memória *italiana* (RS). In: **Contracampo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação – UFF**. Niterói, nº 20, agosto de 2009. p. 79-93.

DOWNING, John. **Mídia radical**. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.

GRINBERG, Máximo Simpson (org.). **A Comunicação Alternativa na América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. In: **Eptic online: Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. vol. IX, n. 2, mayo – ago. / 2007.

\_\_\_\_\_. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. Vol. XXIII, nº 2, julho/dezembro de 2000. p. 142-155.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. nº 20. São Paulo: Educ, 1993.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Internet e Democracia Comunicacional: entre os entraves, utopias e os direitos à comunicação. In: MARQUES DE MELO, José; SATHLER, Luciano (orgs.). **Direito à comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005. p. 267-288.

\_\_\_\_\_. Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular e Cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da C. (Org.). **Comunicação pública**. Campinas: Alínea, 2004. p.49-79.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de

Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BRASILIENSE, Danielle Ramos. Memória e narrativa jornalística. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (orgs.). **Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

TOLEDO, Caio Navarro de. Crônica política sobre um documento contra a “ditabranda”. In: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 209-217, out. 2009

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2003.